

Companhia Energética Sinop S.A.

**Informações Trimestrais (ITR) em
31 de março de 2025
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais**



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Energética Sinop S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Companhia Energética Sinop S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2025

Patricio Marques Roche
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5



Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.234.136
Preferenciais	0
Total	2.234.136
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	2.912.123	2.913.350
1.01	Ativo Circulante	174.773	169.319
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.947	29.559
1.01.02	Aplicações Financeiras	82.862	69.805
1.01.03	Contas a Receber	50.174	46.117
1.01.03.01	Clientes	50.174	46.117
1.01.04	Estoques	3.997	2.379
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.954	18.980
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	18.954	18.980
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.459	1.888
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	380	591
1.01.08.03	Outros	380	591
1.02	Ativo Não Circulante	2.737.350	2.744.031
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	625.345	615.535
1.02.01.04	Contas a Receber	17.533	19.982
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	607.812	595.553
1.02.01.10.03	Outros ativos	3.260	2.209
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	916	812
1.02.01.10.05	Tributos e contribuições a recuperar	7.055	10.008
1.02.01.10.06	Fundos vinculados	154.907	137.656
1.02.01.10.07	Estoques	6.969	7.993
1.02.01.10.08	Ativo fiscal diferido	434.705	436.875
1.02.03	Imobilizado	2.082.752	2.098.951
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.075.824	2.094.733
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.613	1.753
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	5.315	2.465
1.02.04	Intangível	29.253	29.545
1.02.04.01	Intangíveis	29.253	29.545
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	29.253	29.545

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	2.912.123	2.913.350
2.01	Passivo Circulante	150.249	156.773
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.831	1.781
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.831	1.781
2.01.02	Fornecedores	14.371	21.856
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.371	21.856
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.107	4.324
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.953	4.121
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	104	97
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	50	106
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	75.856	74.416
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	50.051	48.869
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	50.051	48.869
2.01.04.02	Debêntures	25.805	25.547
2.01.05	Outras Obrigações	12.073	12.073
2.01.05.02	Outros	12.073	12.073
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	12.073	12.073
2.01.06	Provisões	40.011	42.323
2.01.06.02	Outras Provisões	40.011	42.323
2.02	Passivo Não Circulante	1.414.477	1.413.576
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.331.907	1.327.095
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.048.173	1.055.165
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.048.173	1.055.165
2.02.01.02	Debêntures	283.734	271.930
2.02.04	Provisões	82.570	86.481
2.02.04.02	Outras Provisões	82.570	86.481
2.03	Patrimônio Líquido	1.347.397	1.343.001
2.03.01	Capital Social Realizado	1.304.241	1.304.241
2.03.04	Reservas de Lucros	38.760	38.760
2.03.04.01	Reserva Legal	2.542	2.542
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	36.218	36.218
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.396	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	90.552	84.019
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-50.675	-51.350
3.03	Resultado Bruto	39.877	32.669
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.374	2.395
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.171	-2.440
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	4.545	4.835
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	42.251	35.064
3.06	Resultado Financeiro	-35.685	-33.316
3.06.01	Receitas Financeiras	6.861	6.359
3.06.02	Despesas Financeiras	-42.546	-39.675
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.566	1.748
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.170	-593
3.08.02	Diferido	-2.170	-593
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.396	1.155
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.396	1.155
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00197	0,00052
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00197	0,00052

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	4.396	1.155
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.396	1.155

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	28.750	2.578
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	58.987	50.972
6.01.01.01	Resultado do Período	4.396	1.155
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.170	593
6.01.01.03	Encargos da dívida	41.155	37.354
6.01.01.04	Contratos onerosos	-4.194	-4.476
6.01.01.06	Provisão socioambiental - capex	0	60
6.01.01.07	Receitas financeiras das contas vinculadas	-3.781	-2.238
6.01.01.08	Receitas financeiras sobre as aplicações	127	0
6.01.01.09	Provisões para contingências	-163	2
6.01.01.10	Aumento das provisões por atualização monetária	221	88
6.01.01.11	Depreciação e amortização	19.056	18.434
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.498	-24.011
6.01.02.01	Adiantamentos	211	46
6.01.02.02	Tributos e contribuições a recuperar	3.564	-850
6.01.02.03	Contas a receber	-1.608	-484
6.01.02.04	Despesas antecipadas	429	525
6.01.02.05	Estoques	-594	-570
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-104	0
6.01.02.07	Outros ativos	-1.051	-211
6.01.02.08	Fornecedores	-6.511	-7.703
6.01.02.09	Tributos e contribuições a recolher	96	479
6.01.02.10	Obrigações trabalhistas	50	100
6.01.02.11	Encargos setoriais	2.057	1.102
6.01.02.12	Uso do bem público	-727	-694
6.01.02.13	Obrigações especiais	0	18
6.01.02.14	Obrigações socioambientais	-2.167	-15.769
6.01.02.15	Arrendamento mercantil	-143	0
6.01.03	Outros	-23.739	-24.383
6.01.03.01	Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES	-23.739	-24.383
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-30.198	-13.515
6.02.01	Aplicações financeiras	-13.184	-2.235
6.02.02	Adição de imobilizado	-3.544	-1.541
6.02.03	Baixa de imobilizado	0	83
6.02.04	Adição de intangível	0	-549
6.02.05	(Depósitos) saques de contas vinculadas	-13.470	-9.273
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-11.164	-10.139
6.03.01	Liquidação da dívida com o BNDES (principal)	-11.164	-10.139
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.612	-21.076
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	29.559	43.624
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.947	22.548

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.304.241	0	38.760	0	0	1.343.001
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.304.241	0	38.760	0	0	1.343.001
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.396	0	4.396
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.396	0	4.396
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.304.241	0	38.760	4.396	0	1.347.397

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.234.136	0	0	-929.895	0	1.304.241
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.234.136	0	0	-929.895	0	1.304.241
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.155	0	1.155
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.155	0	1.155
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.234.136	0	0	-928.740	0	1.305.396

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	114.168	96.611
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	113.993	96.511
7.01.02	Outras Receitas	175	100
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-45.194	-36.400
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-44.584	-35.797
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.318	-5.436
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	4.545	4.835
7.02.04	Outros	163	-2
7.03	Valor Adicionado Bruto	68.974	60.211
7.04	Retenções	-19.056	-18.455
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.056	-18.455
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	49.918	41.756
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.861	6.359
7.06.02	Receitas Financeiras	6.861	6.359
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	56.779	48.115
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	56.779	48.115
7.08.01	Pessoal	2.289	2.225
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.760	1.741
7.08.01.02	Benefícios	449	407
7.08.01.03	F.G.T.S.	80	77
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.545	5.001
7.08.02.01	Federais	7.539	4.995
7.08.02.02	Estaduais	3	3
7.08.02.03	Municipais	3	3
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	42.549	39.734
7.08.03.01	Juros	42.546	39.675
7.08.03.02	Aluguéis	3	59
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.396	1.155
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.396	1.155

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia” ou “Sinop Energia”) é uma sociedade anônima, com objeto social exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e exploração da UHE Sinop, de capital aberto, categoria “B”, constituída em 28 de outubro de 2013.

O controle é exercido de forma compartilhada entre a EDF Brasil Holding S.A., que detém 51% das ações da Companhia e Centrais Elétricas do Brasil S.A. – Eletrobras, que detém 49% das ações através de suas controladas Centrais Elétricas do Norte – Eletronorte e Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, nos termos do Acordo de Acionista (Acordo), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 21), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia observa as normas específicas para os geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL” ou “Agência Reguladora”) e pelo Ministério de Minas e Energia (“MME” ou “Poder Concedente”) e cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da ANEEL, realizado em 29 de agosto de 2013.

Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica. De acordo como o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 28 de janeiro de 2050.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações das notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2024 não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A emissão destas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 09 de maio de 2025.

As informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas notas explicativas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Não ocorreram alterações relevantes no uso de estimativas e julgamentos, que estão detalhados na nota 2.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2.4 Julgamento da administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) geração de

caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto às instituições financeiras; e (iv) lucro contábil apurado no último exercício. A Companhia possui um fluxo de caixa consistente que garantiu os fluxos de pagamento desses períodos, já que parte dos prejuízos são contábeis e não de caixa.

3 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia não identificou mudanças nas políticas contábeis utilizadas na preparação destas informações contábeis intermediárias, as quais são as mesmas adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC'), aplicáveis à Companhia, são os seguintes:

Norma	Descrição de alteração	Vigência
IFRS 18	O IASB publicou a nova norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras, que substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2027 e a Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes desta norma na apresentação e divulgações das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027
IFRS 7 (CPC 40)	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo. A norma exige que empresas divulguem informações detalhadas sobre instrumentos financeiros, aumentando a transparência e facilitando a avaliação de riscos. Isso significa divulgar informações sobre instrumentos complexos como derivativos e contratos de energia, impactando a gestão de riscos e exigindo sistemas e controles robustos. A IFRS 7 estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes desta norma na apresentação e divulgações das Demonstrações Financeiras	01/01/2026

IFRS 9 (CPC 48)	<p>As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança.</p> <p>Esta implementação, introduz o modelo de perdas esperadas para ativos financeiros, impactando empresas com grande volume de contas a receber. Isso pode levar ao aumento de provisões para perdas, exigindo novos modelos de cálculo e impactando resultados, mas também aumenta a transparência e pode melhorar a gestão de risco de crédito a longo prazo. A Administração avalia o impacto para desenvolver modelos, investir em tecnologia e monitorar seus resultados para implementação da norma de forma eficaz.</p> <p>A IFRS 9 estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes desta norma na apresentação e divulgações das Demonstrações Financeiras</p>	01/01/2026
-----------------	---	------------

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Fundo fixo de caixa	2	2
Conta corrente	2.188	4.476
Aplicações financeiras de curto prazo	14.757	25.081
	<u>16.947</u>	<u>29.559</u>

O caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, e são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia e não possuem restrição de uso.

7 Aplicações financeiras

	31/03/2025	31/12/2024
Aplicações em Fundos DI	<u>82.862</u>	<u>69.805</u>
	<u>82.862</u>	<u>69.805</u>

As aplicações financeiras correspondem a fundos de investimentos em títulos públicos de longo prazo, que são realizadas com instituições do mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do CDI (entre 99% e 106% do CDI).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 28.

8 Contas a receber

	31/03/2025	31/12/2024
Circulante (i)		
Contas a receber de clientes (a) e (b)	49.140	45.083
Partes relacionadas (c)	<u>1.034</u>	<u>1.034</u>

Companhia Energética Sinop S.A.
Informações Contábeis Intermediárias
em 31 de março de 2025

	50.174	46.117
Não circulante (ii)		
Contas a receber de clientes	17.533	19.982
	17.533	19.982
	67.707	66.099

Referem-se, substancialmente:

(i) (a) Vendas a prazo de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) R\$ 47.146 (R\$ 45.083 em 31 de dezembro de 2024); (b) aporte garantia financeira (CCEE) R\$ 1.994, não tendo saldo em aberto no período anterior; e (c) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL) partes relacionadas R\$ 1.034 (R\$ 1.034 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Contas a receber decorrentes de operações com comercializadora de energia com saldo líquido a receber de R\$ 17.533 (R\$ 19.982 em 31 de dezembro de 2024).

Não há saldos em contas a receber vencidos por mais de 30 dias.

9 Tributos e contribuições a recuperar

Circulante	31/03/2025	31/12/2024
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar	9.238	9.377
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar	2.009	2.034
Imposto de renda a recuperar	6.574	6.436
IR e CS antecipação	1.133	1.133
	18.954	18.980
 Não circulante	31/03/2025	31/12/2024
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF)	6.814	9.767
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	241	241
	7.055	10.008
	26.009	28.988

10 Fundos vinculados

	31/03/2025	31/12/2024
(i) Referentes aos empréstimos BNDES		
Conta reserva	35.862	34.985
Conta centralizadora	11.660	11.594
	47.522	46.579

(ii) Referentes às debêntures

Conta reserva	37.815	38.034
Conta reserva adicional	37.803	38.031
Conta de pagamento	25.341	8.754
	100.959	84.819

(iii) Referente ao CUST

Conta centralizadora	6.426	6.258
	6.426	6.258

154.907	137.656
----------------	----------------

(i) Referentes aos financiamentos BNDES

Conta reserva

A conta reserva do financiamento deve ser composta por 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e será mantida até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, “Garantias da Operação, item II – Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios”.

Conta centralizadora

Na conta centralizadora, cuja movimentação é realizada exclusivamente pelo banco administrador (Bradesco), são depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos previstos no contrato de financiamento com o BNDES, sendo que esses direitos são compartilhados com os detentores das debêntures da segunda emissão da Companhia.

(ii) Referentes às debêntures

Conta reserva

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a, no mínimo, 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de junho de 2019.

Conta reserva adicional

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de julho de 2019, caso a Companhia apresente um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), anual, inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 16.

Conta pagamento

Deverá ser transferido da conta centralizadora para a Conta Pagamento o valor mensal das debêntures: (i) até 30 (trinta) de junho de 2020, a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures e o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de amortização das debêntures, até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures; (ii) após 30 (trinta) de junho de 2020, (ii.1) a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela de juros das debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures, (ii.2) a partir do período de 12 (doze) meses anteriores ao vencimento da parcela de amortização das debêntures, o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da parcela de amortização das debêntures; até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures.

(iii) Referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão

Mantida junto ao Banco Bradesco, utilizada para garantia do pagamento dos encargos do CUST.

A Constituição de Garantias prevê a manutenção de duas contas vinculadas, sob titularidade da Companhia, sendo elas a Conta vinculada centralizadora e a Conta vinculada Especial. Em caso de inadimplência, a Concessionária de Transmissão ou o ONS, conforme o caso, informará à Companhia, para que quite o seu débito, com os respectivos acréscimos moratórios. Não havendo, por parte da Companhia, a quitação do débito, conforme a data estabelecida no contrato, a Concessionária de Transmissão comunicará o não pagamento ao ONS. Sendo assim, o Mecanismo de Garantia será acionado, com a ciência da Companhia. Após a instrução emitida pelo ONS, o Gestor (Banco Bradesco), efetuará o bloqueio da Conta vinculada Centralizadora da Companhia, transferindo para a Conta vinculada Especial os recursos disponíveis, até o valor do débito informado na instrução do ONS, com os acréscimos moratórios previstos em contrato. Dessa forma, a Companhia mantém o saldo mínimo o valor representativo de 110% da média aritmética das últimas 3 (três) faturas.

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Créditos tributários

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores:

	Alíquota	31/03/2025	31/12/2024
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social		(618.534)	(613.407)
Imposto de renda diferido	25%	154.711	153.422
Contribuição social diferida	9%	55.669	55.206
		210.380	208.628
Diferenças temporárias (<i>Impairment e outros</i>)		(749.548)	(753.743)
Imposto de renda diferido	25%	187.387	188.436
Contribuição social diferida	9%	67.458	67.837
		254.845	256.273
Redução de depreciação devido ao registro de <i>impairment</i>		89.769	82.433
Imposto de renda diferido	25%	(22.441)	(20.607)
Contribuição social diferida	9%	(8.079)	(7.419)
		(30.520)	(28.026)
Total de prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias		(1.278.313)	(1.283.396)
Imposto de renda diferido	25%	319.657	321.251
Contribuição social diferida	9%	115.048	115.624
		434.705	436.875

Com base na expectativa dos lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos, conforme demonstrados a seguir:

Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2023	463.030
Reconhecimento no exercício	4.109
(-) Reversão no exercício	(30.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	436.875

Reconhecimento no período	1.750
(-) Reversão no período	(3.920)
Saldo em 31 de março de 2025	<u>434.705</u>

Demonstrativo de base de cálculo

	31/03/2025	31/03/2024
	IR e CSLL	IR e CSLL
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	6.566	1.748
Adições:	350	361
AVP sobre contratos onerosos	350	359
Prov. para redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>)	-	-
Provisão de contratos onerosos	-	-
Provisão para perdas estimadas	-	-
Outros	-	2
Exclusões:	(12.044)	(12.032)
Reversão do Impacto do <i>impairment</i> sobre a depreciação	(7.336)	(7.197)
Realização da provisão dos contratos onerosos	(4.545)	(4.835)
Reversão da prov. para redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>)	(163)	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social antes da compensação	(5.128)	(9.923)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(5.128)	(9.923)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social (*)	34%	34%
Impacto no valor do IR (*)	7	2
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.751	3.376
(Reversão/provisão de diferenças temporárias)	(3.921)	(3.969)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.170)	(593)
Contribuição social diferida	(575)	(158)
Imposto de renda diferido	(1.595)	(435)
	(2.170)	(593)

(*) Aplicação da alíquota direta de 34% na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, sem desconsiderar o adicional na base de cálculo do imposto de renda no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no trimestre.

Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. Apresentamos, a seguir, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a base de cálculo negativa, em 31 de março de 2025.

Exercícios	Total
2025	9.033
2026	9.790
2027	11.997
2028	14.466

2029	16.152
2030	18.291
Entre 2030 até o final do contrato de concessão (*)	354.976

Total **434.705**

(*) A Companhia estima que a realização do prejuízo fiscal ocorrerá até o ano de 2040, enquanto a realização das diferenças temporárias será até o final do período da concessão, em janeiro de 2050.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

12 Imobilizado

Movimentação do período findo em 31 de março de 2025

		Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconheci- mento) de provisão	Baixas	Saldo em 31/03/2025
Geração								
Em curso								
Edificações, obras e benfeitorias		54	-	-	-	-	-	54
Reservatórios, barragens e adutoras	(iii)	820	633	-	-	920	-	2.373
Máquinas e equipamentos		1.591	-	-	-	-	-	1.591
Adiantamentos a fornecedores	(i)	-	1.299	-	-	-	-	1.299
		2.465	1.932	-	-	920	-	5.317
Terrenos	(ii.a)	-	-	-	-	-	-	-
Medições	(ii.b)	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal – Geração em curso		2.465	1.932	-	-	920	-	5.317
Em serviço								
Veículos		752	45	-	-	-	-	797
Terrenos		393.161	85	-	-	-	-	393.246
Reservatórios		2.082.791	232	-	-	-	-	2.083.023
Edificações		491.609	-	-	-	(920)	-	490.689
Máquinas e equipamentos		274.178	245	-	-	-	-	274.423
Móveis e utensílios		1.204	-	-	-	-	-	1.204
(-) Depreciação acumulada – Veículos	(iv)	(453)	-	(18)	-	-	-	(471)
(-) Depreciação acumulada – Terrenos	(iv)	(56.164)	-	(2.226)	-	-	-	(58.390)
(-) Depreciação acumulada – Reservatórios	(iv)	(271.514)	-	(11.495)	-	-	-	(283.009)
(-) Depreciação acumulada – Edificações	(iv)	(70.867)	-	(2.811)	-	-	-	(73.678)
(-) Depreciação acumulada – Máquinas e equipamentos	(iv)	(43.353)	-	(1.803)	-	-	-	(45.156)
(-) Depreciação acumulada – Móveis e utensílios	(iv)	(259)	-	(14)	-	-	-	(273)
Subtotal – Geração em serviço		2.801.085	607	(18.367)	-	(920)	-	2.782.405

Companhia Energética Sinop S.A.
Informações Contábeis Intermediárias
em 31 de março de 2025

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconheci- mento) de provisão	Baixas	Saldo em 31/03/2025
Total – Geração	2.803.550	2.539	(18.367)	-	-	-	2.787.722
Sistema de transmissão de conexão							
Em serviço	34.120	-	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada (iv)	(5.044)	-	(199)	-	-	-	(5.243)
Total – Sistema de transmissão de conexão	29.076	-	(199)	-	-	-	28.877
Administração							
Em serviço	2.738	19	-	-	-	-	2.757
(-) Depreciação acumulada	(2.086)	-	(51)	-	-	-	(2.137)
Total – Administração	652	19	(51)	-	-	-	620
Imobilizado - Direito de uso							
Imobilizado - Direito de uso	1.855	-	-	-	-	-	1.855
(-) Amortização - Imobilizado - Direito de uso	(102)	-	(140)	-	-	-	(242)
Total - Direito em uso	1.753	-	(140)	-	-	-	1.613
Total – Imobilizado	2.835.031	2.558	(18.757)	-	-	-	2.818.832
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(736.080)	-	-	-	-	-	(736.080)
Total – Imobilizado líquido	2.098.951	2.558	(18.757)	-	-	-	2.082.752

Movimentação do período findo em 31 de março de 2024

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconheci- mento) de provisão	Baixas	Saldo em 31/03/2024
Geração							
Em curso							
Edificações, obras e benfeitorias	4	50	-	-	-	-	54
Reservatórios, barragens e adutoras (iii)	144.547	21.887	-	(18.328)	-	-	148.106
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores (i)	464	1.712	-	-	-	-	2.176
	145.015	23.649	-	(18.328)	-	-	150.336
Terrenos (ii.a)	571	-	-	-	-	(83)	488
Medições (ii.b)	584	-	-	-	-	-	584
Subtotal – Geração em curso	146.170	23.649	-	(18.328)	-	(83)	151.408

Companhia Energética Sinop S.A.
Informações Contábeis Intermediárias
em 31 de março de 2025

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconheci- mento) de provisão	Baixas	Saldo em 31/03/2024
Em serviço							
Veículos	752	-	-	-	-	-	752
Terrenos	393.152	-	-	-	-	-	393.152
Reservatórios	1.908.545	-	-	18.328	-	-	1.926.873
Edificações	491.510	70	-	-	-	-	491.580
Máquinas e equipamentos	268.365	55	-	-	-	-	268.420
Móveis e utensílios	930	97	-	-	-	-	1.027
(-) Depreciação acumulada – Veículos (iv)	(384)	-	(17)	-	-	-	(401)
(-) Depreciação acumulada – Terrenos (iv)	(47.194)	-	(2.242)	-	-	-	(49.436)
(-) Depreciação acumulada – Reservatórios (iv)	(226.538)	-	(11.046)	-	-	-	(237.584)
(-) Depreciação acumulada – Edificações (iv)	(59.534)	-	(2.832)	-	-	-	(62.366)
(-) Depreciação acumulada – Máquinas e equipamentos (iv)	(36.278)	-	(1.755)	-	-	-	(38.033)
(-) Depreciação acumulada – Móveis e utensílios (iv)	(208)	-	(10)	-	-	-	(218)
Subtotal – Geração em serviço	2.693.118	222	(17.902)	18.328	-	-	2.693.766
Total – Geração	2.839.288	23.871	(17.902)	-	-	(83)	2.845.174
Sistema de transmissão de conexão							
Em serviço	34.120	-	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada (iv)	(4.240)	-	(201)	-	-	-	(4.441)
Total – Sistema de transmissão de conexão	29.880	-	(201)	-	-	-	29.679
Administração							
Em serviço	2.701	45	-	-	-	(164)	2.282
(-) Depreciação acumulada	(2.061)	-	(45)	-	-	164	(1.942)
Total – Administração	640	45	(45)	-	-	-	640
Total – Imobilizado	2.869.808	23.916	(18.148)	-	-	(83)	2.875.493
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(779.721)	-	-	-	-	-	(779.721)
Total – Imobilizado líquido	2.090.087	23.916	(18.148)	-	(83)	-	2.095.772

A Companhia é vedada de alienar ou ceder, a qualquer título, sem a prévia e expressa autorização da ANEEL os bens vinculados a concessão.

Em 31 de março de 2025, a Companhia não possui bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- (i) Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.

- (ii) As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos (ii.a) proprietários dos terrenos, aguardam resolução de pendências documentais condicionadas as escrituras; e aos (ii.b) fornecedores, que aguardam decisões judiciais/inventários. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.
- (iii) Referem-se, substancialmente, aos projetos e programas socioambientais em atendimento a Licença de Operação, os quais a Companhia estima que sejam concluídos até dezembro de 2029, conforme detalhado na nota explicativa 18.
- (iv) A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados e os bens em que a vida útil ultrapassam o período de concessão, têm vida útil econômica limitada até o final do prazo da concessão.

A Companhia mantém em seus controles de ativos os bens do investimento em Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D") no qual ao valor da despesa depreciação é revertido do resultado e controlado no Passivo Não Circulante "Obrigações Especiais da Concessão" no valor R\$ 25.

a) Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no período

A Companhia revisa, anualmente, no quarto trimestre, o valor recuperável de sua unidade geradora de caixa, a qual é composta pelo ativo imobilizado, representado substancialmente pela usina e seus correspondentes equipamentos de geração e pelo ativo intangível relacionado a utilização do bem público – UBP.

Provisão para perda por redução ao valor recuperável	31/03/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(736.080)	(779.721)
(Provisão)/reversão da provisão	-	43.641
Total impairment	(736.080)	(736.080)

13 Intangível

Movimentação do período findo em 31 de março de 2025

	Saldo em 31/12/2024	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 31/03/2025
Geração				
Em serviço				
Software	288	12	-	300
(-) Amortização Softwares	(125)	-	(11)	(136)
UBP (i)	35.428	-	-	35.428
(-) Amortização- acumulada – UBP (ii)	(6.051)	-	(293)	(6.344)
Total – Geração	29.540	12	(304)	29.248
Administração Central				
Em serviço	1.017	-	-	1.017
(-) Amortização acumulada	(1.012)	-	-	(1.012)
Total – Administração	5	-	-	5
Total	29.545	12	(304)	29.253

Movimentação do período findo em 31 de março de 2024

	Saldo em 31/12/2023	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 31/03/2024
Geração				
Em serviço				
Software	288	-	-	288
(-) Amortização Softwares	(73)	-	(14)	(87)
UBP (i)	35.428	-	-	35.428
Licença de operação	-	549	-	549
(-) Amortização- acumulada – UBP (ii)	(4.880)	-	(293)	(5.173)
Total – Geração	30.763	549	(307)	31.005

Companhia Energética Sinop S.A.
Informações Contábeis Intermediárias
em 31 de março de 2025

	Saldo em 31/12/2023	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 31/03/2024
Administração Central				
Em serviço	1.017	-	-	1.017
(-) Amortização acumulada	(1.010)	-	-	(1.010)
Total – Administração	7	-	-	7
Total	30.770	549	(307)	31.012

- (i) Geração – Em serviço – Utilização do Bem Público
Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento nominal anual de R\$ 1.531. O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018 e o término previsto em janeiro de 2050.
- (ii) Administração – Em serviço, saldo referente ao registro no intangível de *software*.

14 Fornecedores

	31/03/2025	31/12/2024
Energia comprada para revenda (i)	2.101	8.441
Materiais e serviços (ii)	3.532	4.881
EUST (iii)	3.654	3.658
Outros (iv)	1.403	1.828
Partes relacionadas (vi)	2.231	1.562
Seguros a pagar (v)	1.450	1.486
	14.371	21.856

- (i) Referem-se a provisão para compra de energia elétrica do período;
(ii) Referem-se aos materiais/serviços para a operação e manutenção da usina;
(iii) Referem-se aos EUST's prestados pelas transmissoras (clientes);
(iv) Referem-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório e gastos com passagens, hospedagens, seguros, locadoras de veículos, assessorias financeiras e jurídicas, retenções contratuais etc;
(v) Referem-se a saldos em aberto à fornecedores partes relacionadas: (a) serviços prestados pela EDF Serviços e (b) EUST prestados pela Eletronorte e CHESF, veja nota explicativa 27.
(vi) Refere-se, substancialmente, ao seguro de risco operacional e seguros judiciais;

15 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o BNDES um crédito de R\$ 1.046.000 destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento é atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros determinados no contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras.

As principais informações a respeito do financiamento com o BNDES são as seguintes:

Composição do financiamento em 31 de março de 2025

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
	Pré 2,88% a.a.				
Financiamentos	+ TJLP	47.217	-	(1.098)	46.119
Atualização		-	3.932	-	3.932
		47.217	3.932	(1.098)	50.051

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Não circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a. + TJLP	1.061.591	-	(13.418)	1.048.173
		-	-	-	-
		1.061.591	-	(13.418)	1.048.173
Total do financiamento		1.108.808	3.932	(14.516)	1.098.224

Composição do financiamento em 31 de março de 2024

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a. + TJLP	42.808	-	(1.101)	41.707
		-	4.035	-	4.035
		42.808	4.035	(1.101)	45.742
Não circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a.	1.094.664	-	(14.513)	1.080.151
Atualização	TJLP	-	-	-	-
		1.094.664	-	(14.513)	1.080.151
		1.137.472	4.035	(15.614)	1.125.893
Total do financiamento					

Movimentação do financiamento BNDES e debêntures (nota explicativa 16) em 31 de março de 2025 – (3 meses)

	Passivos		
	Financiamento BNDES	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.104.034	297.477	1.401.511
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Amortização de principal	(11.164)	-	(11.164)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(11.164)	-	(11.164)
Outras variações			
Provisão de juros	28.822	11.848	40.670
Pagamento de juros	(23.739)	-	(23.739)
Custo de transação	271	214	485
Financiamento captados	-	-	-
Total de outras variações	5.354	12.062	17.416
Saldo em 31 de março de 2025	1.098.224	309.539	1.407.763

Movimentação do financiamento BNDES e debêntures (nota explicativa 16) em 31 de março de 2024 - (3 meses)

	Passivos		
	Financiamento BNDES	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.134.347	301.306	1.435.653
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Amortização de principal	(10.139)	-	(10.139)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(10.139)	-	(10.139)

Companhia Energética Sinop S.A.
 Informações Contábeis Intermediárias
 em 31 de março de 2025

Outras variações			
Provisão de juros	25.794	11.068	36.862
Pagamento de juros	(24.383)	-	(24.383)
Custo de transação	274	218	492
Total de outras variações	1.685	11.286	12.971
Saldo em 31 de março de 2024	1.125.893	312.592	1.438.485

A Companhia reconheceu no momento de emissão de financiamentos os custos incrementais relativos aos financiamentos, nas contas de imobilizado. Após a entrada em operação comercial, os custos são apropriados de forma mensal em contrapartida a despesas financeiras.

O saldo do contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos (“A”, “B” e “D”). As parcelas, compostas de principal e juros serão amortizadas em 240 prestações mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito “C”, no valor de R\$ 28.000, conforme a Cláusula 17ª – Condições de Liberação da Colaboração Financeira, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	5.000	TJLP	Implantação de projetos e programas de investimentos sociais da Companhia
Total	1.018.000		

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Vencimentos:	Total
2025	50.051
2026	50.323
2027	54.784
2028	59.642
2029	64.929
2030	70.686
Após 2030	761.227
Total da dívida com encargos	1.111.642
Custo incremental de longo prazo	13.418
	1.098.224

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da operação constituem:

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios de que a Companhia é titular decorrentes do Contrato de Concessão em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento.

- Penhor, em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, da totalidade das ações da Sinop Energia detidas pelos atuais Controladores da Companhia em favor do BNDES.
- Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas, relacionados nos respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios celebrados individualmente entre cada acionista mencionado acima e o BNDES.
- Fiança corporativa do acionista da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (EDFNF) e da acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda de pagamento feita pelo BNDES, relativamente ao saldo da dívida, sempre limitada às seguintes proporções: EDFNF 51% e ELETROBRAS 49%, em que as fianças serão dispensadas pelo BNDES, após 31 de dezembro de 2019, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 19ª (Conclusão Física e Financeira) do contrato de financiamento. Adicionalmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 10, o contrato de financiamento com o BNDES também determina a criação de Contas Reservas.
- Com a Reorganização Societária, por parte da Acionista EDF Norte Fluminense, não houve alterações no garantidor dos contratos de financiamentos, permanecendo inalterada todas as garantias dos contratos de financiamento.

O contrato de financiamento com o BNDES possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capital Próprio (ICP) – Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), anual, – LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social, dividido pela Amortização de principal e pagamento de juros. Adicionalmente, o contrato de financiamento com o BNDES determina que o ICP e o ICSD deverão ser calculados e apresentados, anualmente, até o primeiro dia útil de maio de cada ano civil, com base nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício anterior, auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O contrato de financiamento com o BNDES determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, anualmente medido, de Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% (vinte por cento).

A Companhia mantém o índice de capitalização confortável, o índice exigido pelo BNDES é de 20%, sendo este, o resultado da razão do Patrimônio Líquido/Ativo total, o índice total no final de março de 2025 (não revisado), está em 46% (46% em 31 de dezembro de 2024).

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O contrato de financiamento com o BNDES requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados: (i) a Companhia não poderá realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, a distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do

exercício anterior; e (ii) não atingirá todas as condições prévias necessárias para a liberação da fiança corporativa.

A Companhia está adimplente com o contrato, dado o cumprimento dos depósitos previstos nas contas de fundos vinculados.

16 Debêntures - Segunda emissão de debêntures

Características

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia emitiu 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236.000.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão – Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos de juros semestrais e principal anual a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

Amortização do valor nominal atualizado mais os juros

O valor nominal atualizado mais os juros serão amortizados em 26 (vinte e seis) parcelas, sendo a primeira parcela realizada em 15 de dezembro de 2019 e a última em 15 de junho de 2032, conforme cronograma abaixo, ressalvada a hipótese de vencimento antecipada da totalidade das debêntures:

Vencimentos	Valores
2025	25.805
2026	32.352
2027	39.026
2028	44.330
2029	41.934
2030	47.707
A partir de 2030	<u>83.900</u>
Total da dívida com encargos	<u>315.054</u>
Custo incremental de longo prazo	<u>(5.514)</u>
	<u>309.540</u>

Período de capitalização, capitalização e periodicidade de pagamentos dos juros remuneratórios

O período de capitalização das debêntures será o intervalo de tempo que se inicia na data da subscrição, ou na data de incorporação imediatamente anterior ou na data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior no caso dos demais períodos de capitalização das debêntures e termina na data de incorporação ou data de pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, em que: (i) os juros remuneratórios calculados no período compreendido entre a data de subscrição e o dia 15 de junho de 2019

(exclusive) foram integralmente capitalizados e incorporados ao valor nominal atualizado em 15 de junho de 2019 (“data da incorporação”); (ii) o primeiro pagamento de juros remuneratórios foi realizado em 15 de dezembro de 2019; e (iii) os demais pagamentos de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na data de vencimento, 15 de junho de 2032.

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da emissão constituem:

Compartilhamento de garantias detidas pelo BNDES

Fiança corporativa dos atuais acionistas controladores de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda sempre limitada às seguintes proporções: CHESF 24,5%; ELETRONORTE 24,5% e EDFNF 51%. As fianças serão dispensadas, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 3.9.1.4 (*Completion* Físico e Financeiro do Projeto).

Para mais detalhes, consulte o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia, disponível no *site* na rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, o *site* de Relações com Investidores da Sinop Energia.

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capitalização (IC) – Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) – LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social, dividido pela amortização de principal e pagamento de juros.

- Com a Reorganização Societária, por parte da Acionista EDF Norte Fluminense, não houve alterações no garantidor dos contratos de financiamentos, permanecendo inalterada todas as garantias dos contratos de financiamento.

Índice de Capitalização (IC)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que, para fins de comprovação do *Completion* Físico e Financeiro, entre outras condições cumulativas, a Companhia apresente índice de capitalização igual ou superior a 20% (vinte por cento) com base nas Demonstrações Financeiras anuais auditadas. Adicionalmente, é vedado o resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia ou a distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos ou, ainda, o pagamento de quaisquer outros valores a seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes da Escritura e dos Contratos de Garantia Real e comprovar, cumulativamente: (i) o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto; (ii) o ICSD, anual, superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 2 (dois) anos consecutivos imediatamente anteriores; e (iii) IC igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), ambos comprovados mediante a apresentação das Demonstrações Financeiras auditadas.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados, constitui um evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático do contrato.

A Companhia está adimplente com o contrato, dado o cumprimento dos depósitos previstos nas contas de fundos vinculados.

Composição das debêntures em 31 de março de 2025

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	25.613	-	(820)	24.793
Atualização		-	1.012	-	1.012
		<u>25.613</u>	<u>1.012</u>	<u>(820)</u>	<u>25.805</u>
Não circulante					
Debêntures		289.248	-	(5.514)	283.734
		<u>289.248</u>	<u>-</u>	<u>(5.514)</u>	<u>283.734</u>
Total das debêntures		<u>314.861</u>	<u>1.012</u>	<u>(6.334)</u>	<u>309.539</u>

Composição das debêntures em 31 de março de 2024

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	18.970	-	(830)	18.140
Atualização		-	12.003	-	12.003
		<u>18.970</u>	<u>12.003</u>	<u>(830)</u>	<u>30.143</u>
Não circulante					
Debêntures		288.832	-	(6.383)	282.449
Atualização		-	-	-	-
		<u>288.832</u>	<u>-</u>	<u>(6.383)</u>	<u>282.449</u>
Total das debêntures		<u>307.802</u>	<u>12.003</u>	<u>(7.213)</u>	<u>312.592</u>

Movimentação do período findo em 31 de março de 2025 - (3 meses)

	Saldo em 31/12/2024	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/03/2025
Circulante						
Debêntures	24.535	-	229	-	29	24.793
Atualização	1.012	-	(11.935)	11.935	-	1.012
	<u>25.547</u>	<u>-</u>	<u>11.706</u>	<u>11.935</u>	<u>29</u>	<u>25.805</u>
Não circulante						
Debêntures	271.930	-	11.706	(87)	185	283.734
	<u>271.930</u>	<u>-</u>	<u>11.706</u>	<u>(87)</u>	<u>185</u>	<u>283.734</u>

Total das debêntures	<u>297.477</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.848</u>	<u>214</u>	<u>309.539</u>
----------------------	----------------	----------	----------	---------------	------------	----------------

Movimento do período findo em 31 de março de 2024 – (3 meses)

	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/03/2024
Circulante						
Debêntures	18.115	-	-	-	26	18.141
Atualização	934	-	-	11.068	-	12.002
	<u>19.049</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.068</u>	<u>26</u>	<u>30.143</u>
Não circulante						
Debêntures	282.257	-	-	-	192	282.449
Atualização	-	-	-	-	-	-
	<u>282.257</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>192</u>	<u>282.449</u>
Total das debêntures	<u>301.306</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.068</u>	<u>218</u>	<u>312.592</u>

17 Uso do Bem Público

Movimentação do período findo em 31 de março de 2025 - (3 meses)

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.798	31.355	34.153
Atualizações monetárias	56	917	973
Baixas	-	-	-
Pagamentos	(728)	-	(728)
Transferências	728	(728)	-
Saldo em 31 de março de 2025	2.854	31.544	34.398

Movimentação do período findo em 31 de março de 2024 - (3 meses)

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.668	33.927	36.595
Atualizações monetárias	34	845	879
Pagamentos	(694)	-	(694)
Transferências	710	(710)	-
Saldo em 31 de março de 2024	2.718	34.062	36.780

Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento nominal anual de R\$ 1.531 (definido no contrato de concessão). O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia, objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018 e o término previsto em janeiro de 2050.

18 Provisões socioambientais

Referem-se às provisões relacionadas aos gastos futuros com os programas socioambientais, as quais foram reconhecidas no custo do reservatório em andamento (Imobilizado) e resultados do período.

Movimentação do período findo em 31 de março de 2025 - (3 meses)

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.175	49.591	71.766
Baixas (i)	(2.167)	-	(2.167)
Transferências	3.996	(3.996)	-
Saldo em 31 de março de 2025	24.004	45.595	69.599

Movimentação do período findo em 31 de março de 2024 - (3 meses)

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	30.627	45.167	75.794
Adições	3.701	16.352	20.053
Atualizações monetárias	215	653	868
Baixas	(15.768)	-	(15.768)
Transferências	3.247	(3.247)	-
Saldo em 31 de março de 2024	22.022	58.925	80.947

Em 31 de março de 2025, a Companhia revisitou as provisões e concluiu que os valores substanciais são relacionados a: (i) termos de compensações ambientais que não sofrem reajustes de atualizações monetárias; e (ii) valores de provisões baseados em contratações anteriores, contabilizados a valor presente.

(i) Durante este período a Companhia incorreu no valor de R\$ 750 referente ao STP (Sistema de Transposição de Peixes), R\$ 497 referente ao TAC Apoio Operacional SEMA, e R\$ 332 do Programa de Mitigação de impactos das Espécies. Sendo estes os valores substanciais baixados.

19 Provisões de contratos onerosos

Refere-se a compromissos compulsórios contratados pela Companhia referente a compra de energia elétrica cujos custos excedem os benefícios econômicos que se espera.

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.779	-	16.779
Baixas	(4.194)	-	(4.194)
Saldo em 31 de março de 2025	12.585	-	12.585

20 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas.

Os valores envolvidos nessas ações dependem das avaliações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, devendo ser liquidados e quantificados em momentos oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, constituída de acordo com o IAS 37/CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Contingências classificadas com probabilidade de perda “provável” Movimentações em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	163	156
Adições	-	7
Baixas	(163)	-
Saldo final	<u><u>-</u></u>	<u><u>163</u></u>

A Companhia é ré em processos trabalhistas que tramitam na Justiça Trabalhista no Estado do Mato Grosso e Maranhão, os quais foram baixados por ter efetuado depósitos judiciais.

Contingências classificadas com probabilidade “possível”

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores.

Em 31 de março de 2025, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 326.617 (R\$ 309.493 em 31 de dezembro de 2024), tais como: processos trabalhistas envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária, regulatórios, fiscais e ambientais.

Movimentação do período findo em 31 de março de 2025 - (3 meses)

	<u>Saldo em 31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/03/2025</u>
Cíveis e outras (i)	227.870	17.920	(11.073)	234.717
Tributárias (ii)	79.929	10.283	-	90.212
Trabalhistas (iii)	1.694	-	(6)	1.688
Total	<u>309.493</u>	<u>28.203</u>	<u>(11.079)</u>	<u>326.617</u>

Movimentação do exercício findo em 31 de março de 2024 – (3 meses)

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2024
Cíveis e outras (i)	197.190	5.129	(2.891)	199.428
Tributárias (ii)	75.881	2.676	-	78.557
Trabalhistas (iii)	1.760	763	(33)	2.490
Total	274.831	8.568	(2.924)	280.475

(i) Cíveis

Os processos mais relevantes são: (i) Uma ação ajuizada contra a Sinop Energia pela construtora empreiteira, na qual se discute a responsabilidade contratual decorrente da rescisão do contrato de construção da Usina, no montante atualizado de R\$ 162.352; e (ii) Uma Ação Civil Pública na qual o MPF solicita a revisão do pagamento da indenização de assentados do PA (“Programa de Assentamento”) Wesley Manoel dos Santos, no montante atualizado de R\$ 44.964.

(ii) Tributárias

a) Município de Itaúba

O município de Itaúba instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante atualizado no valor de R\$ 16.179, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a construtora empreiteira.

Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.

Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais. Processo concluso para saneamento desde 19 de abril de 2021.

Em março de 2025, a Companhia obteve a sentença favorável, declarando a nulidade do Auto de Infração 01/ISSQN/PMI/2018, bem como condenando o município ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor do proveito econômico (CDA), o Município entrou com recurso.

b) Município de Cláudia

O município de Cláudia instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante atualizado de R\$ 56.200, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a construtora empreiteira.

Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.

Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais. Processo aguardando a conclusão da perícia técnica.

Para ambos os processos tributários, a Companhia argumenta em sua defesa a ausência do termo de inscrição e da notificação do contribuinte, à luz da Lei de Execuções Fiscais, assim como a ofensa ao princípio da legalidade e publicidade, uma vez que a inscrição é ato do processo administrativo tributário, intrínseco a legalidade e elementar ao contraditório de todo processo.

c) Receita Federal do Brasil

Multa em face da apresentação da ECF com informações inexatas, incorretas ou omitidas nos anos de 2017 e 2018. A Companhia impugnou administrativamente, pleiteando o cancelamento integral do lançamento tributário que formalizou a exigência de multa regulamentar. A impugnação não foi acolhida e em março de 2023 a Companhia apresentou recurso voluntário ao CARF.

Para este processo tributário, a Companhia argumenta: (i) presença de efeito confiscatório na imposição da penalidade, passível de aferição tanto na Lei como na aplicação da mesma por parte da autoridade fiscal; (ii) erro de critério jurídico na aplicação da penalidade; (iii) indevida aplicação da penalidade aos casos em que a conduta do contribuinte já tem outra penalidade específica aplicável; e (iv) incorreta duplicidade de aplicação da penalidade, caracterizada pela sua dupla incidência sobre os mesmos fatos na esfera de tributos distintos.

O recurso foi parcialmente provido pelo CARF para determinar que multa aplicada seja incidente apenas sobre incorreções constada no e-lalur.

Já considerando o provimento parcial do recurso, a Companhia entende que o risco do processo é possível e o valor atualizado é de R\$ 16.331.

(iii) **Trabalhistas**

As contingências trabalhistas de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos artigos 467 e 477 da CLT.

21 Patrimônio líquido

A Companhia elaborou e está apresentando abaixo, em conformidade com o Estatuto Social e o Acordo de Acionistas vigentes, que estabelecem as diretrizes para a gestão e distribuição dos resultados.

21.a Capital social e absorção dos prejuízos acumulados

Em 28 de outubro de 2024, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a qual deliberou sobre a redução do capital social, sem cancelamento de ações, para absorção da totalidade dos prejuízos acumulados e com a consequente alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social. Em conformidade com essa AGE, em 31 de março de 2025 o valor total de capital social integralizado é de R\$ 1.304.241 (R\$ 1.304.241, em 31 de dezembro de 2024), que compreende 2.234.136 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 31 de março de 2025 é de R\$ 2.234.136 (R\$ 2.234.136, em 31 de dezembro de 2024), até o limite de 2.234.136 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia, em quantidade de ações, está assim representada, em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	547.363	547.363	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco CHESF	547.363	547.363	24,5%
EDF Brasil Holding S.A.	1.139.410	1.139.410	51,0%
	2.234.136	2.234.136	100,0%

Resultado líquido por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	01/01/2025	01/01/2024
	a	a
	31/03/2025	31/03/2024
Lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias	4.396	1.155
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.234.136	2.234.136
Lucro por ação (básico) - R\$	0,00197	0,00052
Lucro por ação (diluído) - R\$	0,00197	0,00052

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o resultado por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nestes períodos.

22 Receitas líquidas com vendas de energia elétrica

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Receitas com vendas de energia - ACR	101.670	93.431
Receitas com vendas de energia – ACL (i)	3.670	2.913
Receitas com vendas de energia – CCEE (ii)	2.109	167
COFINS sobre venda de energia elétrica	(8.663)	(7.335)
PIS sobre venda de energia elétrica	(1.881)	(1.593)
Encargos setoriais	(6.353)	(3.564)
	90.552	84.019

(i) As receitas com vendas de energia ACL representam operações de venda de energia com acionistas e operações com comercializadora de energia.

(ii) Receita junto a CCEE diante da melhoria da hidrologia e da recuperação do FID no balanço energético.

23 Custos operacionais

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Depreciações e amortizações	(18.940)	(18.408)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(13.944)	(13.498)
Energia elétrica comprada para revenda e risco hidrológico	(14.867)	(16.454)
Serviços de terceiros	(3.855)	(3.767)
Outros (seguros, taxas regulatórias, materiais etc.)	(781)	(953)
Pessoal, encargos e benefícios	(692)	(611)
(-) Créditos de Pis e Cofins sobre depreciações e amortizações	2.404	2.341
	(50.675)	(51.350)

24 Despesas gerais e administrativas

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Pessoal, encargos e benefícios	(1.597)	(1.614)
Serviços de terceiros	(434)	(617)
Outros (Arrendamentos, Materiais, Despesas, Passagens e Litígios)	(35)	(166)
Depreciações e amortizações	(116)	(47)

(-) Créditos de Pis e Cofins sobre depreciações e amortizações	11	4
	<u>(2.171)</u>	<u>(2.440)</u>

25 Provisões operacionais

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Reversão (provisão) da provisão dos contratos onerosos	4.545	4.835
	<u>4.545</u>	<u>4.835</u>

26 Resultado financeiro

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	6.273	5.550
Atualizações monetárias	587	809
Outras receitas financeiras	1	-
Subtotal	<u>6.861</u>	<u>6.359</u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre os financiamentos BNDES e Debêntures	(34.991)	(32.847)
Atualizações monetárias	(7.233)	(6.270)
Juros pagos	-	-
Outras despesas financeiras	28	(558)
AVP	(350)	-
Subtotal	<u>(42.546)</u>	<u>(39.675)</u>
	(35.685)	(33.316)

27 Partes relacionadas

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía transações com partes relacionadas, entre elas, seus administradores e controladores.

Os administradores da Companhia são os membros do Conselho de Administração, devidamente eleitos em Assembleia Geral, e, ainda, os diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração.

Os controladores da Companhia são: EDF Brasil Holding S.A. (EDF), a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) Controladores diretos; a Electricité de France International (EDFI) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) Controladores indiretos.

A EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda (EDF Serviços) é subsidiária integral do controlador da EDF Holding Brasil S.A.

Saldos com partes relacionadas

	31/03/2025		01/01/2025 a 31/03/2025	31/03/2024		01/01/2024 a 31/03/2024
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
ELETRONORTE						
Venda de energia elétrica (i)	517	-	1.502	496	-	1.456
EUST (ii)	-	296	(886)	-	351	(1.058)
Dividendos	-	2.958	-	-	-	-
	517	3.254	616	496	351	398
CHESF						
Venda de energia elétrica (i)	517	-	1.502	496	-	1.456
EUST (ii)	-	518	(1.539)	-	530	(1.590)
Dividendos	-	2.958	-	-	-	-
	517	3.476	(37)	496	530	(134)
CGT ELETROSUL						
EUST (ii)	-	191	(574)	-	-	-
	-	191	(574)	-	-	-
ELETROBRAS						
EUST (ii)	-	538	(1.589)	-	-	-
	-	538	(1.589)	-	-	-
EDF SERVIÇOS						
Serviços (iii)	-	739	(2.174)	-	2.002	(2.002)
Dividendos	-	6.157	-	-	-	-
	-	6.896	(2.174)	-	2.002	(2.002)
TOTAL	1.034	14.355	(3.758)	992	2.883	(1.738)

- (i) Energia elétrica vendida no ACL, com vencimento no dia 10 (dez) do mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 8(vi).
- (ii) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão, com vencimentos nos dias 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) do mês subsequente e dia 5 (cinco) do segundo mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 14 (vi).
- (iii) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e instalações associadas, com vencimento trimestral e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota explicativa nº 14 (vi).

Remuneração da Administração

De acordo com o art. 17º do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e dos membros do Conselho Fiscal foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2024.

	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2024 a 31/03/2024
Remuneração da diretoria (i)	(301)	(288)
Encargos trabalhistas e sociais dos diretores(ii)	(90)	(87)
Benefícios dos diretores (iii)	(81)	(110)
Remuneração dos Conselheiros (iv)	(105)	(115)
	(577)	(600)

- (i) Composta por ordenados e salários.
- (ii) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
- (iii) Compostos por benefícios concedidos, como assistência médica, seguros entre outros.
- (iv) Composta pela remuneração dos Conselheiros.

28 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber”, “Fundos vinculados”, “Fornecedores” e demais passivos financeiros.

Estimativa do valor justo

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui em seus registros instrumentos financeiros ao valor justo.

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros, como por exemplo, os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores estão registrados à custo amortizado, e, representam uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e títulos e valores mobiliários	6 e 7	99.809	99.364
Contas a receber	8	67.707	66.099
Fundos vinculados	10	154.907	137.656
		322.423	303.119
Fornecedores e prov. socioambientais	14 e 18	83.970	93.622
Contratos onerosos	19	12.585	16.779
Encargos setoriais		7.917	6.024
Provisões para contingências	20	-	163
Uso do Bem Público	17	34.398	34.153
Empréstimos e financiamentos	15	1.098.224	1.104.034
Debêntures	16	309.539	297.477
		1.546.633	1.552.252

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Gestão de gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de buscar uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

	Nota	31/03/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	21	1.347.397	1.343.001
Ativo total		2.912.123	2.913.350
Índice de capital próprio		0,46	0,46
Passivo total		1.564.726	1.570.349
Ativo total		2.912.123	2.913.350
Índice de capital de terceiros		0,54	0,54

Dívida bruta	14 e 15	1.407.763	1.401.511
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	6 e 7	99.809	99.364
Dívida líquida		1.307.954	1.302.147
Patrimônio líquido	21	<u>1.347.397</u>	<u>1.343.001</u>
Endividamento em relação ao patrimônio líquido		0,97	0,97

Risco de crédito

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas nos Bancos Bradesco e Itaú.

Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate (Nota Explicativa nº 6 e 7).

Não é identificado, no momento, nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Nota Explicativa nº 6 e 7).

Risco de preço

As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 70% (71% em 31 de dezembro de 2024) de suas obrigações, representados pelo financiamento com o BNDES, estão atrelados ao índice da TJLP e 100% das suas receitas oriundas dos contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado e Livre são atreladas ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia contratou os empréstimos para financiamento do projeto com as seguintes condições:

- Financiamento BNDES: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a.
- 2ª emissão de debêntures: prazo de 14 (quatorze) anos, com os juros baseados no IPCA + 7,9461% a.a.
- As condições desses financiamentos estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de degradação do Índice de Disponibilidade e Risco Hidrológico

A Companhia está exposta ao risco de degradação do Índice de Disponibilidade (ID) e consequentemente no Fator de Disponibilidade (FID) relacionado a possíveis paradas de suas Unidades Geradoras (UG1) e (UG2). Adicionalmente, as variações hidrológicas ocorridas no

país, também impactam diretamente o Fator de Ajuste GSF_{MRE}, refletindo na contabilização mensal efetuada pela CCEE.

Ambos os fatores, compõem os cálculos de exposição da Companhia, e em casos de não atendimento dos contratos já formalizados de venda no ACR e ACL, se faz necessária a compra de energia pelo PLD na liquidação financeira calculada pela CCEE ou a compra de energia convencional no mercado.

A área técnica, juntamente com o Comitê de Comercialização, o qual conta com representantes das acionistas está constantemente avaliando e atuando para identificar as melhores oportunidades de operações de compras favoráveis a Companhia.

Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato venha sendo cumprido. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração.

A Companhia vem honrando todos os seus compromissos assumidos e com expectativa de honrar todos os seus futuros compromissos.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem os valores de juros contratuais.

31 de março de 2025								
Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Fluxo contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, encargos setoriais		22.288	22.887	18.137	-	4.750	-	-
Empréstimos e financiamentos	15	1.098.224	1.854.224	69.971	69.971	279.883	279.883	1.154.516
Debêntures	16	309.539	475.696	37.289	11.653	117.116	128.847	180.791
		<u>1.430.051</u>	<u>2.352.807</u>	<u>125.397</u>	<u>81.624</u>	<u>401.749</u>	<u>408.730</u>	<u>1.335.307</u>
31 de dezembro de 2024								
Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Fluxo contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, encargos setoriais		28.043	28.612	23.935	-	4.677	-	-
Empréstimos e financiamentos	15	1.104.034	1.880.552	69.650	69.650	278.600	278.600	1.184.052
Debêntures	16	297.477	459.353	36.998	11.484	113.779	123.722	173.370
		<u>1.429.554</u>	<u>2.368.517</u>	<u>130.583</u>	<u>81.134</u>	<u>397.056</u>	<u>402.322</u>	<u>1.357.422</u>

Não é esperado que os fluxos de caixa incluído na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou com valores diferentes dos indicados acima.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 31 de março de 2025, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI, TJLP e IPCA divulgadas pelo Banco Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foram calculadas as receitas e despesa financeiras brutas, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2025. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de março de 2025, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

	Cenário I <i>Provável</i>	Risco na apreciação		Risco na depreciação	
		Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Ativos					
Fundos de investimentos (i)					
143.247		<i>Carteira de fundos</i>		<i>Carteira de fundos</i>	
	143.247	164.161	168.344	130.699	134.881
Receita financeira projetada	16.731	20.914	25.097	12.548	8.366
Taxa de juros	11,68%	14,60%	17,52%	8,76%	5,84%
Variação - R\$		4.183	8.366	(4.183)	(8.366)
Aplicações CDI (ii)					
88.148		<i>Aumento do CDI</i>		<i>Redução do CDI</i>	
	88.148	103.236	106.254	79.095	82.113
Receita financeira projetada	12.071	15.088	18.106	9.053	6.035
Taxa de juros	13,69%	17,12%	20,54%	10,27%	6,85%
Variação - R\$		3.018	6.035	(3.018)	(6.035)
Passivos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (a)					
1.112.740		<i>Aumento da TJLP</i>		<i>Redução da TJLP</i>	
	1.112.74				
	0	1.227.491	1.250.442	1.043.889	1.066.839
Despesa financeira projetada	91.801	114.751	137.702	68.851	45.901
Taxa de juros	8,25%	10,31%	12,38%	6,19%	4,13%
Variação - R\$		22.950	45.901	(22.950)	(45.901)
Debêntures (b)					
315.873		<i>Aumento do IPCA</i>		<i>Redução do IPCA</i>	
	315.873	334.431	338.142	304.738	308.450
Despesa financeira projetada	14.846	18.558	22.269	11.135	7.423
Taxa de juros	4,70%	5,88%	7,05%	3,53%	2,35%
Variação - R\$		3.712	7.423	(3.712)	(7.423)
(i) Fundos de investimentos					

Aplicação em carteira de fundos	143.247
Conta centralizadora	11.660
Total dos fundos vinculados - Nota Explicativa nº 10	154.907

(ii) Aplicações CDI

Aplicação em CDI	88.148
Aplicação automática	9.471
Total das aplicações no Banco do Brasil, Bradesco e Itaú - Nota Explicativa nº 6 e 7.	97.619

Composição dos saldos

	BNDES (a)	Debêntures (b)
Nota Explicativa	15	16
Total do Passivo	1.098.224	309.539
Custo da transação	14.516	6.334
Saldo da dívida	1.112.740	315.873

Premissas (média entre 2025 e 2026)

Carteira de fundos – Ativos	a.a.	11,68%
CDI - Ativos	a.a.	13,49%
TJLP - Passivos	a.a.	8,25%
IPCA - Passivos	a.a.	4,70%

29 Compromissos

Em 31 de março de 2025 a Companhia possui o montante de R\$ 110.276 (R\$ 102.268 em 31 de dezembro de 2024) de compromissos assumidos.

	31/03/2025	31/12/2024
Operação e manutenção da usina (i)	57.833	62.354
Aquisição de energia elétrica (ii)	36.550	25.373
Assessorias, consultorias e auditorias (iii)	8.755	9.082
Outros (iv)	7.138	5.459
Total	110.276	102.268

- (i) Substancialmente, a Companhia mantém o contrato de O&M (R\$ 31 milhões) com vigência até abril de 2029 e o contrato de conexão com sistema de transmissão (R\$ 15,8 milhões) vigente até o final do contrato de concessão, entre outros compromissos tais como, manutenção de bombas, segurança, telecomunicações etc.
- (ii) A Companhia tem compromissos de compras de energia previstos entre janeiro de 2025 até dezembro de 2025, no montante de 66.600 MWh, pelos motivos de (a) Degradação do Fator de Disponibilidade (FID), devido as paradas de máquinas ocorridas em 2020; e (b) Redução do valor do GSF, devido às variações/restrições hidrológicas do país.
- (iii) Substancialmente, refere-se aos contratos de honorários advocatícios para defesa dos litígios junto a empreiteira e ações ambientais.
- (iv) Substancialmente, refere-se a compromissos ambientais referentes ao Sistema de Transposição de Peixes, supersaturação gasosa, monitoramento hidrológico, custos administrativos tais como plano de saúde, serviços de conservação e limpeza e assessoria financeira.

30 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024, a Companhia adquiriu bens do ativo imobilizado, dos quais uma parte são itens não caixa relativos à aquisição de imobilizado. A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
-------------------	-------------------

Companhia Energética Sinop S.A.
Informações Contábeis Intermediárias
em 31 de março de 2025

Aquisição de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 12)	2.558	23.916
(Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa – provisões socioambientais) / pagamentos de imobilizados adicionados nos períodos anteriores	-	(21.726)
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa (fornecedores) (i)	974	(652)
Aumento de imobilizado com efeito caixa	3.532	1.541
(i) Efeito não caixa em fornecedores:		
Varição do passivo de fornecedores	(7.485)	(7.051)
Varição de fornecedores contra imobilizado que não tiveram efeito caixa	974	(652)
(Redução) aumento em fornecedores (DFC)	(6.511)	(7.703)

* * *

Sergio Carvalho Aguiar
Diretor administrativo e financeiro e
Diretor de relações com investidores

Alessandro Camilo da Silva
Contador – CRC MT 005078-0/9

Certificate Of Completion

Envelope Id: 76E2FCE6-D142-49FD-9CB7-2AB0EF18B25B

Status: Completed

Subject: Docusign: SINOP 11TR25

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 46

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Desiree Bitencourt

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

desiree.bitencourt@pwc.com

IP Address: 134.238.159.42

Record Tracking

Status: Original

09 May 2025 | 18:53

Holder: Desiree Bitencourt

desiree.bitencourt@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

09 May 2025 | 19:26

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Patricio Marques Roche

patricio.roche@pwc.com

Sócio

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SyngularID Multipla

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

Signature

DocuSigned by:

AA780542972D492...

Signature Adoption: Drawn on Device

Using IP Address: 134.238.159.65

Timestamp

Sent: 09 May 2025 | 18:55

Viewed: 09 May 2025 | 19:06

Signed: 09 May 2025 | 19:26

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Desiree Bitencourt

desiree.bitencourt@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

COPIED

Sent: 09 May 2025 | 19:26

Viewed: 09 May 2025 | 19:26

Signed: 09 May 2025 | 19:26

Witness Events

Signature

Timestamp

Notary Events

Signature

Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	09 May 2025 18:55
Envelope Updated	Security Checked	09 May 2025 19:21
Envelope Updated	Security Checked	09 May 2025 19:21
Certified Delivered	Security Checked	09 May 2025 19:06
Signing Complete	Security Checked	09 May 2025 19:26
Completed	Security Checked	09 May 2025 19:26

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------